

Novas abordagens para áreas de fronteira agrícola na Amazônia: recente dinâmica demográfica em Santarém, PA*

Julia C. Côrtes[†]

Palavras chaves: Amazônia; fronteira agrícola; reconfiguração do rural; urbanização

* Trabalho apresentado no XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Águas de Lindóia/SP – Brasil, de 19 a 23 de novembro de 2012. Trabalho desenvolvido no âmbito do projeto "Desfloretamento da Amazônia e a Estrutura das Unidades Domésticas", do Núcleo de Estudos de População (NEPO), Unicamp, em parceria com a Universidade de Indiana.

[†] Doutorando em Demografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas (IFCH/UNICAMP); email: <jccortes@nepo.unicamp.br>

INTRODUÇÃO

Originalmente nascido do trabalho de Frederick Turner (TURNER, 1920), que estudou a consolidação da fronteira oeste dos Estados Unidos, o escopo da teoria de fronteira foi adaptado ao contexto brasileiro para esclarecer a transformação dos espaços internos do Brasil no início do século XX a partir do seu potencial de atividade agrícola. Mesmo evidente que a ocupação das fronteiras não seja uniforme ou contínua, três períodos cronologicamente e espacialmente diferenciados foram demarcados, como ondas definindo o avanço da fronteira ao interior do território brasileiro³ (MARTINE, 1992a). A terceira e última frente de fronteira se deu na Amazônia no início de 1970 e representou um marco histórico para grande parte dos estudiosos da região. As conseqüentes abordagens sobre dinâmica populacional, modelos de ocupação, urbanização e mudança ambiental na Amazônia passam a ser imbricados nos alicerces da Teoria de Fronteira, sustentando a elaboração de políticas públicas por uma visão quase sempre regional e homogênea da região.

Os movimentos migratórios exercem papel fundamental para a consolidação da fronteira, sendo responsável pela expansão do modelo e promoção das frentes de atividades⁴ (MARTINE, 1984; MUELLER, 1992; SAWYER; PINHEIRO, 1984; SAWYER, 1983). As frentes avançam e se retraem nesse espaço potencial (MUELLER, 1992), estabelecendo a forma, intensidade e a duração dos ciclos de ocupação, que se inicia com a atração, passando pela fase de estagnação e expulsão (MARTINE, 1987, 1992b). Na primeira, as alternativas de acesso à terra, ao emprego e atividades agropecuárias atraem migrantes. Na fase de retração, com a inserção da economia agrícola moderna e capitalista, não só se reduz a atração migratória, como posteriormente aumenta a evasão populacional, estabelecendo a fase de expulsão (SAWYER, 1984).

Deste processo, a expansão da fronteira descreve-se por uma trajetória com quatro estágios distintos: pioneira, transitória, consolidada e urbanizada (BROWDER; GODFREY, 1990; DINIZ, 2002; MARTINS, 1975). A pioneira coincide com o momento da atração populacional, caracterizando-se pela ausência de mercado de terra e trabalho, disponibilidade de terra, população predominantemente rural, alto crescimento demográfico e economia baseada em extrativismo e subsistência. A chegada do capital marca o estágio de transição, onde a agricultura de subsistência convive com práticas agrícolas comerciais em franco processo de expansão. Em decorrência da contínua imigração, a terra torna-se escassa e valiosa aumentando a tensão fundiária, ocupação por grileiros e posseiros. Inicia-se o período de formação de grandes propriedades e da emigração dos que chegaram na fase pioneira. Concomitantemente, áreas urbanas embrionárias tendem a se expandir pelo movimento de êxodo rural, momento que dá início a fronteira consolidada e urbanizada. A consolidada ocorre nas áreas pioneiras e fundamenta-se na predominância da agricultura comercial, concentração de terra, mercado imobiliário inflacionado, presença de grandes empreendimentos agrícolas e baixa densidade demográfica. As áreas urbanizadas decorrem deste ciclo, onde núcleos urbanos se expandem intensificados pelo êxodo rural.

Fundado neste aporte teórico, a expectativa do ponto de vista demográfico resume-se a um conjunto limitado de elementos, que historicamente tem delineado não só as abordagens científicas sobre população na Amazônia, como conduzido políticas públicas. O modelo não só deriva de uma visão regional do fenômeno, como pressupõe a homogeneidade entre as

³ Três movimentos de expansão da fronteira no Brasil são descritos: a primeira durou aproximadamente 30 anos no Oeste paulista, Norte e Oeste do Paraná, Oeste de Santa Catarina e Sudeste do Mato Grosso; a segunda se estende por 20 anos na faixa central do país (Goias, Mato Grosso do Sul e Maranhão); a terceira se estende na região Norte do país, prevista para ocorrer em somente 10 anos (MARTINE, 1987), finalizando no início de 1990

⁴ Tipos de frentes: agricultura comercial, agricultura de subsistência, frentes especulativas, e frentes de pecuária extensiva (MUELLER, 1992)

regiões. Os movimentos de fronteira são generalizados pela condição de fracasso de uma colonização conduzida e por incentivos à chegada de agricultores capitalizados. Têm-se o deslocamento desses colonos para novas fronteiras ou para centros urbanos, reproduzindo o cenário de esvaziamento do rural. Essas dinâmicas determinam a composição e estrutura da população dessas áreas, assim como algumas específicas categorias de migração. Embora o contexto seja diferente, esta percepção permeia até períodos recentes. O presente artigo questiona essa realidade, não criticando a veracidade desses processos, mas elucidando a existência de um conjunto muito maior de elementos para discutir população nas áreas de fronteira.

No atual contexto da avançada transição urbana e novas realidades culturais e políticas, o objetivo do estudo é avaliar a contemporânea dinâmica demográfica em uma antiga região de fronteira, de forma a compreender a transformação do rural e o processo de urbanização de forma completa e integrada. Em um primeiro momento, são exploradas três principais abordagens demográficas previstas em áreas de fronteira a partir das referências teóricas: os movimentos migratórios, a composição e estrutura populacional, e o processo de urbanização. A descrição da área de estudo, assim como os métodos de análise utilizados são apresentados na sequência. Os resultados, provindos do levantamento sociodemográfico aplicado em estabelecimentos agrícolas familiares localizados no planalto de Santarém, serão explorados perpassando pelos elementos elucidados na revisão teórica. O fechamento do artigo propõe direcionamentos na arguição acerca das tendências populacionais dessas áreas, que de forma indireta, intersecta o âmbito ambiental, político e econômico das áreas na Amazônia.

DINÂMICA DEMOGRÁFICA NA FRONTEIRA AGRÍCOLA

Movimentos migratórios

Os deslocamentos migratórios explorados pelas referências teóricas podem apresentar-se sob duas perspectivas, o movimento para a fronteira e o movimento na fronteira. Na primeira, no momento de atração populacional, estimam a chegada de 800 mil imigrantes. O saldo migratório para a região Norte durante a década de 1970 foi de 585.397 pessoas, do qual 229.605 concentrando-se no Pará (40% do total) (CUNHA; BAENINGER, 1999). O deslocamento foi primordialmente de migrantes com origem em estados de outras regiões, principalmente nordestinos, gaúchos e mineiros (COELHO *et al.*, 2005). Este fluxo foi intencionalmente reflexo de uma política de ocupação da região, objetivando a ocupação de áreas teoricamente desabitadas. Com o tempo e a redução dos fluxos, a fronteira vai perdendo cada vez mais seu caráter de absorver os migrantes com destino rural (MARTINE, 1992a). O arrefecimento desta modalidade migratória (CÔRTEZ, 2011) é acompanhado por dinâmicas internas nesta fronteira, por sua vez, já superada da sua fase inicial.

Movimentos posteriores a este momento definem a tendência de configuração deste espaço. Coexistem dois conceitos que complementam-se para explicar as novas dinâmicas migratórias e conseqüente movimentação interna na fronteira. A primeira é a ideia de “fracasso do colono”, que explica as razões pelas quais os migrantes pioneiros acabam por vender ou abandonar seu lote adquirido. Esse fracasso foi atribuído a fatores de distintas ordens: desconhecimento do bioma, obstáculos naturais à ocupação, fertilidade do solo na Amazônia, acesso ao mercado e falta de estradas, falta de apoio à produção, especulação fundiária e elevado preço da terra, maior rentabilidade com venda do lote do que atividades agrícolas, a forma como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) selecionou os colonos, entre outros (ALSTON *et al.*, 1996; DINIZ, 2002; D’ANTONA *et al.*,

2011; MARTINE, 1992a; MORAN, 1990). Aqueles que não possuíam propriedades particulares anteriormente ao movimento de migração eram os mais frágeis e dependentes de instituições governamentais, se tornando mais suscetíveis a falir na sua “missão” de colono pioneiro. Estes eram os primeiros a sofrer a pressão e abandonar o lote, assim como eram os com maior probabilidade de retornar a mesma condição após alguns anos, ou seja, sem nenhum bem imóvel (MORAN *et al.*, 2005).

A teoria de “*land turnover*” apoia-se nessa situação para aprofundar esse cenário, explicitamente utilizando-se de dinâmicas demográficas. Articulava a dinâmica populacional na fronteira consolidada, descrevendo o abandono da terra pelos colonos pioneiros (pelos motivos descritos no fracasso do colono), que migravam para novas fronteiras ou para cidades, e concomitantemente, novos ocupantes capitalizados passavam a fazer usufruto dessas áreas, num ciclo de abandono e rotatividade dos lotes (CAMPARI, 2002). Destes mecanismos, há sucessivos ciclos de uso e cobertura da terra, que no quadro geral refletem nos elevado índices de desmatamento, concentração fundiária e rápida urbanização (CÔRTEZ, 2012).

Deste aporte teórico dois tipos migratórios são enfatizados, o êxodo rural daqueles que optaram por tentar a vida na cidade (rural-urbano) e o deslocamento em busca de regiões ainda em situação de fronteira pioneira (rural-rural afastado). As áreas rurais de regiões de fronteira agrícola são submetidas à percepção do esgotamento do rural enquanto espaço de produção familiar (CÔRTEZ, 2012). O ambiente rural passa ser interpretado como inapropriado para pequenos produtores, um local propício somente para o desenvolvimento de atividades agropecuárias extensivas, como pecuária e produção de grãos voltado ao mercado externo. A evasão da população é centralizada entre as dinâmicas migratória, produzindo regiões de baixas densidades populacionais.

Composição e estrutura da população

O processo de desenvolvimento das áreas de fronteira faz com que as formas iniciais de ocupação e uso do solo estejam relacionadas a uma maior seletividade de migração masculina (BARBIERI; BILSBORROW, 2009). Em um primeiro momento, o colono pioneiro se desloca sozinho, geralmente solteiro e se casado, o restante da família migraria após o estágio inicial de adaptação do chefe na fronteira (BARBIERI; BILSBORROW, 2009). Diniz (2002), estudando unidades domiciliares em Roraima, observou que nas áreas de colonização a grande maioria das unidades eram chefiadas por homens (91%). Em decorrência desta condição, as áreas rurais tem a relação de sexo superior a 100, ou seja, com predominância de homens (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999; HOGAN *et al.*, 2008).

Esse efeito de masculinização do rural também é potencializado pela seletividade nas emigrações. A maior propensão de evasão feminina no rural não é uma característica das áreas de fronteira, mas generaliza-se nas migrações rurais. Camarano e Abramovay (1999) lembram que nas leis das migrações rurais, elaborada por Ravenstein, diz-se que “as mulheres migram mais que os homens (RAVENSTEIN, 1980, p.65). A partir de um momento no processo de consolidação da fronteira as mulheres partem mais, atraídas pelas atividades terciárias urbanas, enquanto os homens ficam retidos por seu ofício e sua unidade produtiva (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999)

Os fatores que afetam esse diferencial de sexo na migração de êxodo do rural podem ser arguidos a partir de três hipóteses: a) migrações estarem relacionadas diretamente à oferta de trabalho no meio urbano e o predomínio de mulheres vincula-se à expansão do setor de serviços, tanto em empresas como em residência; b) ausência de expectativa de mudança no trabalho pesado das mulheres na unidade de produção familiar ser permanecer no campo,

convertendo a migração o caminho mais curto para a independência econômica; c) anseios quanto a formação educacional para sucesso pessoal (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999).

Além da masculinização associada aos movimentos migratórios rurais, ocorre também o envelhecimento relativo da população que vive no campo. Os jovens estão cada vez mais deixando o meio rural, entre estes é preponderante a participação das mulheres (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999). Durston (1999) acredita que este rejuvenescimento do fluxo migratório é promovido por jovens rapazes pouco qualificados que emigram, temporariamente, para suplementar a renda da família, principalmente nas etapas iniciais de formação da unidade doméstica, e por jovens moças que emigram num estágio seguinte, mas quando expostas à alternativas da cultura “machista” tradicional, alcançam anos de educação formal sendo maior a probabilidade de trabalhos qualificados (DURSTON, 1996).

Para Diniz (2002), este fenômeno é explicado por uma estratégia de sobrevivência adotada, na qual as mulheres e filhos mais jovens optam por viverem em áreas de fronteira urbanizada, onde as amenidades, serviços e trabalhos temporários são disponíveis, enquanto que os homens e as crianças mais velhas permanecem assentados nas propriedades rurais, localizadas no entorno dessas nucleações urbanas, ocupando-se de agricultura de subsistência. Nesse cenário, unidades domiciliares chefiadas por mulheres são mais numerosas nas áreas de fronteira urbanizada. Essas áreas, assim como nas fronteiras consolidadas, também contam com um número superior de migrantes com mais de 5 anos de educação, ao passo que nas áreas pioneiras e transitórias a grande maioria dos assentados tem menos de 5 anos de educação formal (DINIZ, 2002).

Em termos de composição e estrutura etária da população rural em áreas de fronteira, os estudos apontam para o aumento da razão de sexo (masculinização) e envelhecimento relativo. Parece consenso que os jovens são os principais atores dessa migração de êxodo, sendo as mulheres mais propensas a realizarem este movimento. O conjunto de fatores presentes tanto na área de origem como de destino definem a seletividade desses migrantes e reconfiguram a composição dessas áreas, inclusive dos núcleos urbanos. De uma maneira simplificada, a ausência de expectativa de oportunidade (educação e posterior inserção no mercado laboral) e as condições de trabalho no campo (atividades pesadas) são superadas no urbano, onde o acesso a educação é mais facilitado, os serviços e infraestrutura facilitam o cotidiano e a oferta de trabalhos, domésticos e comerciais, inserem essa população jovem em uma nova realidade.

Urbanização

Desde o princípio de ocupação da fronteira amazônica a urbanização foi prevista, seja através das políticas governamentais para integração do território, seja pela política urbana dos polos de crescimento (como Polo Amazônia), seja pelo “urbanismo rural” (agrovilas), considerado necessário para atrair a população por oferecer condições de vida similares às áreas de origem dos fluxos migratórios (BECKER, 1985). A urbanização na Amazônia não é somente um processo de convergência às tendências nacionais, mas é vista como um instrumento estratégico intencional do Estado na organização do mercado de trabalho regional, estabelecendo papel fundamental das cidades quanto a circulação de mercadorias, informação, força de trabalho e ressocialização dos migrantes (BECKER, 1977, 1995; BROWDER; GODFREY, 1990; SANTOS, 1982).

As políticas da década de 1960 e 1970 prescreveram a urbanização da Amazônia, alterando a hierarquia espacial históricas dos aglomerados populacionais, conduzidas até então pelos eixos fluviais (BECKER, 2005; BENCHIMOL, 1981; MELLO, 2006; MUELLER, 1992; PEREIRA, 2006; SÁ *et al.*, 2006). O crescimento urbano a partir dos fluxos migratórios de 1960 deixa de ter uma *estrutura urbana primaz*, com um conjunto

segregado de cidades grandes e um de menores, para a *urbanização regional* (KAMPEL *et al.*, 2001).

No início da fronteira, o índice de urbanização foi superior a todas demais regiões do Brasil. Na década seguinte a Amazônia Legal passa de predominantemente rural para urbano, alcançando em 2000 o grau de 69% da população em áreas urbanas (HOGAN *et al.*, 2008). A Amazônia é interpretada cada vez mais como um território urbano (CASTRO, 2006), uma floresta urbanizada (BECKER, 2005) ou uma floresta de urbanitas (MONTE-MÓR, 1994). Na condição de baixa conectividade e núcleos dispersos, as rodovias são os eixos da nova circulação econômica e populacional, onde o nível de complexidade dessa arquitetura define a hierarquia dos centros e os tipos de espaços urbanos (BECKER, 1985).

Verifica-se na fronteira a urbanização em suas múltiplas formas, desde o crescimento populacional das cidades velhas e novas, aumento no número de cidades à multiplicação dos pontos de concentração dispersos, núcleos e povoados fortemente instáveis (BECKER, 1985, 2007; CASTRO, 2006; KAMPEL *et al.*, 2001; PEREIRA, 2006). Becker (1985) identifica quatro movimentos predominantes quanto ao crescimento urbano: a intensa expansão-consolidação de centros regionais, sub-regionais e locais de base de operações produtivas; a expansão-concentração nas capitais estaduais (crescem isoladamente ou aglomeração); reprodução de pequenos núcleos dispersos vinculados à mobilidade de trabalho; e a retração de núcleos antigos que ficaram à margem da nova circulação.

A formação deste urbano é conduzida pelo êxodo rural e fracasso do colono, e explica-se pela absorção de migrantes em centros urbanos e o fechamento da fronteira pela propriedade provada (MARTINE; PELIANO, 1978; MARTINE, 1987, 1992a; SAWYER, 1987). O êxodo rural exerce papel fundamental no espraiamento do perímetro urbano das cidades, e consequente aumento do grau de urbanização (MARTINE, 1992a), sendo frequentemente associado com o surgimento de problemas urbanos, tais como formação de periferias, pobreza e violência.

No plano geral, tende-se avaliar a urbanização dessas áreas a partir de uma visão cartesiana dos espaços, calculando o nível de urbanização a partir do número de residentes nas áreas delimitadas categoricamente como urbanas. Para Becker (2005), compreender a urbanização na Amazônia a partir do crescimento no número de cidades e da sua população transfere uma figura equivocada do real significado da urbanização na região. A pluratividade nos domicílios (famílias que combinam atividade agrícola com não agrícola) decorrente de novo ambiente social e econômico, tornou-se frequente, onde as atividades não agrícolas são cada vez mais valorizadas (SILVA; GROSSI, 1999). A identificação de um processo de urbanização rural começa ser explorada empiricamente, expondo um espaço rural plural, com novas configurações fundiárias, institucionais e sociais (CÔRTEZ, 2012; D'ANTONA *et al.*, 2011; D'ANTONA; VANWEY, 2009)

A urbanização nessas áreas não é um processo simples, linear e unidirecional (KAMPEL *et al.*, 2001; PADOCH *et al.*, 2008), novas formas de arranjos espaciais e sociológicos reconfiguram o rural contemporâneo no contexto da transição urbana (CÔRTEZ, 2012; D'ANTONA *et al.*, 2011; PADOCH *et al.*, 2008). Cada vez mais as fronteiras entre o rural e o urbano estão difusas e de difícil interpretação, não havendo mais distinção clara e dicotômica. Monte-Mor (2006) usa o conceito de urbanização extensiva, expandindo a urbanização para além das cidades e áreas urbanizadas, mas carregando as condições urbanas de produção e sentidos de modernidade e cidadania. Embora a ênfase dada à urbanização recaia sobre a proporção da população alocada nas zonas urbanas, segundo critérios do IBGE, a presença da dimensão urbana em áreas rurais tem ganhado atenção (MONTE-MÓR, 2006).

MÉTODOLOGIA DO ESTUDO

A área de estudo, Santarém

Elevada a categoria de município em 1848, Santarém, no estado do Pará, localiza-se estrategicamente na confluência dos rios Amazonas e Tapajós, equidistante das capitais do Pará (Belém) e Amazonas (Manaus). Habitada por civilizações pré-históricas⁵, a partir da chegada e colonização dos europeus o município de Santarém passou por diversos ciclos econômicos, que culminaram em variados padrões migratórios e que consolidou a região como um centro regional importante (SÁ *et al.*, 2006). Atualmente com 294 mil habitantes é o terceiro município mais populoso do estado, ficando atrás somente da capital e de Ananindeua, da região metropolitana (IBGE, 2010).

Ainda na situação de vila, em 1828, assumia a posição de maior centro urbano na mesorregião do Baixo Amazonas, impulsionada pela produção de cacau (REIS, 1979). A extração de borracha, entretanto, foi a atividade que marcou a urbanização. A população passou de 8 mil habitantes em 1883 para 41 mil habitantes em 1920 (HOMMA, 2003). A construção da BR163, que liga Cuiabá (MT) à Santarém, e os projetos de colonização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) durante a década de 1960 atraíram centenas de migrantes. Em 1970, Santarém tinha 135 mil habitantes, sendo 45% residindo em áreas urbanas, passando para 58% em 1980 (IBGE; 1970; 1980) (Tabela 1).

Tabela 1
População total e grau de urbanização da população do Brasil, Norte, Pará e Santarém, a partir de 1970.

	População total			Grau de urbanização (%)		
	1970	1991	2010	1970	1991	2010
Brasil	93.134.846	146.825.475	190.755.799	55,9	75,6	84,4
Norte	3.603.679	10.030.556	15.864.454	45,1	59,0	73,5
Pará	2.166.998	4.950.060	7.581.051	47,1	52,5	68,5
Santarém	135.215	265.062	294.580	45,4	67,9	73,3

Fonte: Fundação IBGE – Censo Demográfico 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.

No final de 1990 intensifica-se a produção de soja, impulsionada pelas obras de construção do porto de exportação da multinacional Cargill. O escoamento da produção do Centro-Oeste brasileiro foi o propósito central do porto, mas acabou por incentivar o plantio na região. A mudança na estrutura produtiva com a chegada dos agricultores capitalizados e expansão da monocultura afetaram o mercado fundiário, a dinâmica da população rural, a urbanização e a cobertura florestal do município (CÔRTEZ, 2011; SÁ *et al.*, 2006). O reflexo no planalto vai desde a queda de produção alimentícia, como feijão, milho e arroz (CARVALHO; TURA, 2006), como no desaparecimento de vilas (D'ANTONA; VANWEY, 2009) e concentração de terra⁶ (IBGE, 2006).

A recente frente migratória ocorre com a chegada de agricultores capitalizados, principalmente sulistas. Concomitantemente têm-se o movimento de êxodo rural sendo retratado, associada com a formação das periferias urbanas e miséria nas cidades (SÁ;

⁵ Evidência de ocupação paleolítica e de agricultura primitiva de aproximadamente 8.000 A.C

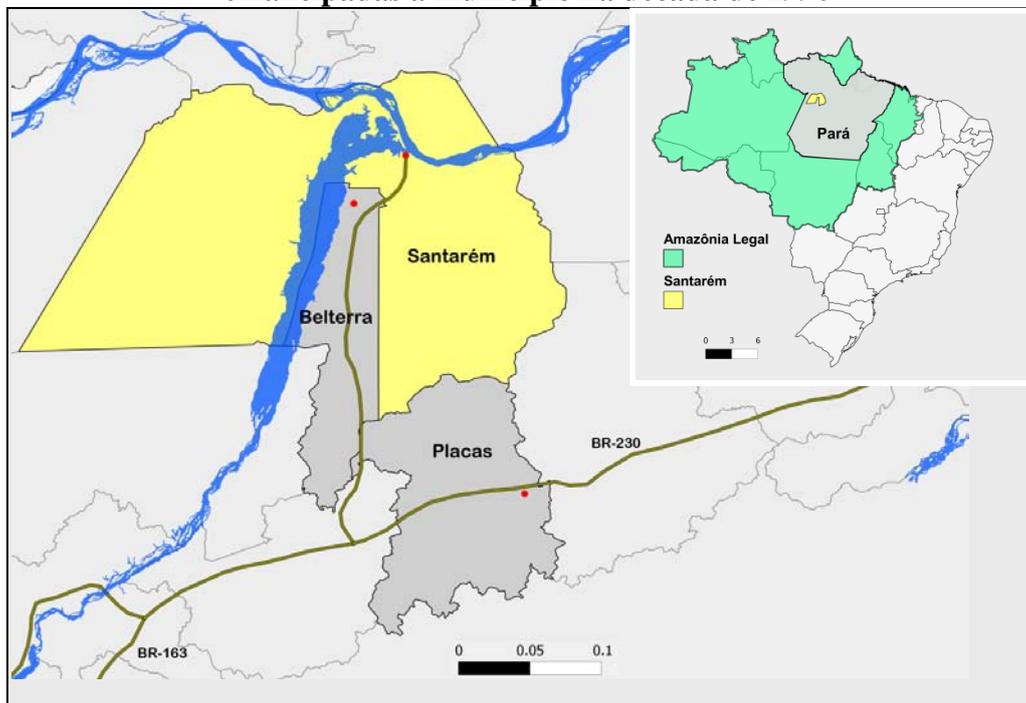
⁶ Dos proprietários dos estabelecimentos maiores que 200 hectares 41% estava há menos de 5 anos em Santarém em 2003 (D'ANTONA; VANWEY; LUDEWIGS, 2011).

COSTA; TAVARES, 2006). Pequenos produtores venderam suas terras com a ilusão do montante de dinheiro adquirido e se deslocam para outra área com infraestrutura ou para a cidade (PEREIRA, 2006; VANWEY, L. *et al.*, 2007). Em decorrência, o crescimento da população rural foi somente 0,3% ao ano durante 2000, passando o grau de urbanização de 71 a 73% (IBGE; 2000, 2010).

A proporção superior de moradores no urbano do município em relação ao estado é resultado de um processo histórico de urbanização, definido pela importância regional que exerceu no último século. Já na década de 70 o fluxo migratório predominante em Santarém tinha como destino seu centro urbano e origem outro urbano (CORTES, 2011). Á contramão da predominância entre zonas rurais na região Norte no mesmo período. Durante a década de 70, quando a população total crescia na ordem de 3,6% ao ano, a população urbana aumentava a 6,2% (IBGE, 1980).

A rápida urbanização também foi promovida pela formação de povoados nas beiras de estradas, sobretudo a partir de 1960. Impulsionada pela nova constituição nacional de 1988, a partir de 1990 algumas dessas áreas ganham força política para autonomia municipal. Placas em 1993 e Belterra em 1995 são desmembrados de Santarém e elevados a categoria de município (Figura 1). Mais recentemente, em 2010, Mojuí dos Campos também se desmembra, ficando sob a jurisdição de Santarém até a próxima eleição, prevista para 2012. O processo de divisão foi responsável pela queda abrupta da taxa de crescimento da população rural de Santarém para este período (CORTES, 2011), associando a urbanização para além da expansão do perímetro urbano, mas também pela formação das vilas em regiões mais dispersas.

Figura 1.
Localização do município de Santarém no estado do Pará e das áreas desmembradas e emancipadas à município na década de 1990



Fonte: Elaboração própria.

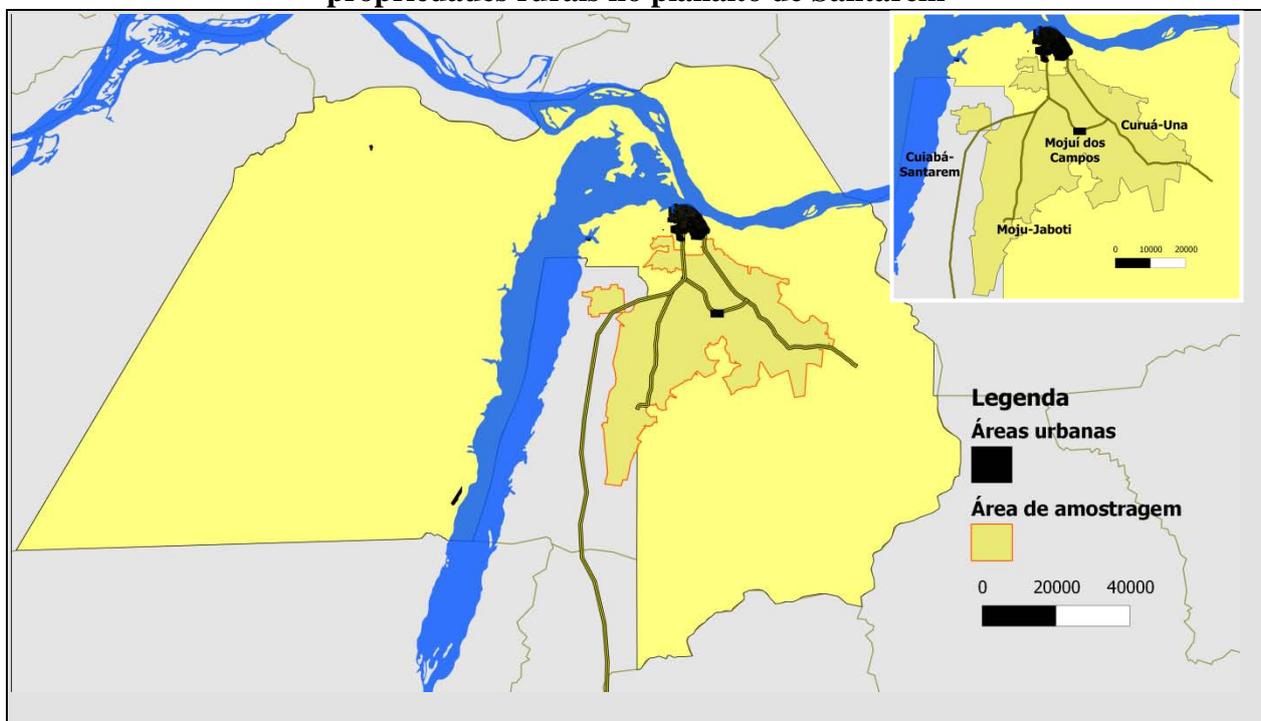
Métodos do levantamento sociodemográfico

Um mosaico de regiões forma o município de Santarém, com 22.887 quilômetros quadrados de extensão. A partir das condições e zoneamento ambiental três zonas de distribuição espacial da população são definidas (SÁ; COSTA; TAVARES, 2006). As

Unidades de Conservação⁷ habitadas por populações extrativistas e ribeirinhas ao longo dos rios Tapajós, Amazonas e Arapiuns, com comunidades que vivem de subsistência, basicamente mandioca, pesca e caça. Na região de várzea vivem de pesca durante o inverno, quando permanece alagada, e invertem para pecuária e hortaliças durante o período seco. Nas margens da rodovia Cuiabá-Santarém (BR163), o planalto concentra as recentes áreas de soja, como a produção alimentícia em unidades familiares

O estudo enfocou na área de planalto, localizada no braço leste de Santarém, para aplicação dos questionários sociodemográficos em estabelecimentos rurais familiares. A amostragem para o levantamento foi realizada em uma área de aproximadamente 1.800 quilômetros quadrados, no rural de Santarém e Belterra, sendo este último contendo uma parcela urbana (Figura 2). Os principais sistemas rodoviários do município localizam-se nessa região, como rodovias federal e estadual, e vias municipais.

Figura 2
Localização da área de estudo para levantamento sociodemográfico em 2003 e 2009 em propriedades rurais no planalto de Santarém



*Em destaque, estão as principais vias rodoviárias. A Rodovia Federal BR163 Cuiabá Santarém, Rodovia Estadual PA370 Curuá-Una, e as Vias Municipais Moju-Jaboti e Santarém-Mojuí dos Campos, que passa pelo setor urbano Mojuí dos Campos.

Fonte: Elaboração própria.

Em 2003 o levantamento foi realizado a partir da amostragem desenhada para que as 587 propriedades fossem representativas no planalto. A amostra foi definida a partir dos mapas originais do INCRA, selecionando lotes nas áreas de colonização e em porções com ocupação espontânea. O levantamento previu três tipos de questionários: a) sobre a unidade familiar e características da residência, assim como história reprodutiva e contraceptiva b) sobre a produção agropecuária; c) sobre a propriedade e uso da terra. Foram aplicados questionários

⁷ O município abrange duas importantes unidades de vegetação que são a FLONA (Floresta Nacional do Tapajós) e a RESEX-Arapiuns. A primeira também faz parte do município de Belterra e se localiza à margem do rio Tapajós, fazendo limite com a rodovia BR163. A última, mais afastada do centro urbano, margeia tanto o Tapajós como o rio Arapiuns, afluente do Tapajós.

em todas as unidades domésticas existentes no lote. A metodologia de *follow up* consistiu na aplicação de questionários em 2009 nas propriedades previamente visitadas em 2003. Em casos de divisão de terra o questionário foi aplicado em todas as propriedades, assim como nos ex-donos⁸ em caso de venda entre 2003 a 2009.

Neste estudo foram selecionadas somente as propriedades de caráter familiar. A amostra final foi um conjunto de 311 propriedades, já excluído os casos sem informação concisa nos questionários. Foram analisadas 404 unidades domésticas em 2003 e 539 em 2009, 48 antigos donos, 311 atuais donos (novos e antigos), 2.892 filhos de chefes do domicílio⁹, sendo destes 372 realizando movimentos no período de análise. Outras informações dos levantamentos foram incorporadas na análise, tais como características dos indivíduos (idade, sexo e momento de matrimônio¹⁰), mudança da estrutura fundiária das propriedades (fragmentação e consolidação¹¹) e resultado qualitativo das análises dos croquis.

POPULAÇÃO RURAL NO CONTEXTO RECENTE DE SANTARÉM

A forma de coleta de dados e o conteúdo dos questionários sustenta a leitura sobre como dinâmicas demográficas se processam em áreas tidas como fronteira agrícola a partir de uma perspectiva micro demográfica, o que permite uma visão detalhada e integrada dessas áreas. A avaliação dos movimentos migratórios foi trabalhada por duas vias, a partir do dono da propriedade e dos filhos dos chefes dos domicílios, possibilitando observar o comportamento de colonos pioneiros, como de sua segunda geração. Quando se analisa o primeiro grupo alguns pontos chamam a atenção. Primeiro a fragilidade nas discussões convencionais que decorrem dos dados sobre êxodo rural. Este movimento foi expressivo entre os 49 donos que venderam sua propriedade, como entre 91 atuais donos que residem fora do lote amostrado. Entre 2003 para 2009, dos 49 antigos donos e entre os donos em 2009, respectivamente, 6 e 37 moram em residência urbana (Tabela 2). A existência do movimento rural para urbano, entretanto, não mostrou estar necessariamente associado com a venda ou abandono do lote rural. A permanência de parentes residindo na propriedade, como filhos ou irmãos, mostra a complexidade de avaliar a relação rural-urbana.

Outro ponto refere-se a mobilidade interna, tanto dos que vendem sua propriedade quanto daqueles que permanecem donos. Entre os donos que residem em outra propriedade, quase 30% mora em uma propriedade rural de Santarém. O movimento de donos que vendem sua propriedade entre 2003 e 2009 e moram em outro local no rural do município totalizam 31% dos casos (Tabela 2). O deslocamento para outra propriedade rural é um fenômeno ausente nas referências teóricas e mostra existir outra opção que não a migração para o urbano ou outra fronteira no contexto da chegada da soja. Os dados sugerem um processo de redistribuição espacial da população no espaço interno do rural de Santarém, promovendo extensas faixas com baixa densidade populacional e a concentração em pequenas áreas.

Quanto a segunda geração dos colonos pioneiros, alguns elementos merecem destaque na arguição acerca das tendências da população. Os filhos promovem dinâmicas que são

⁸ Em caso de venda foi aplicado questionário na propriedade amostrada e caso o ex-dono residisse ainda em Santarém buscou-se também entrevistá-lo.

⁹ Somente selecionados filhos dos chefes de unidades domésticas que foram entrevistados em 2003 e 2009, de forma a obter a história da localização do filhos.

¹⁰ Momento do matrimônio indica se casou antes de sair da casa dos pais, ao sair da casa dos pais ou depois de sair da casa dos pais.

¹¹ A mudança da estrutura fundiária foi determinada por três categorias: sem alteração (propriedade do mesmo tamanho em 2003 e 2009); fragmentação (propriedade em 2009 é menor do que em 2003); consolidação (propriedade em 2009 é maior do que em 2003)

influenciadas pelos novos contextos, enriquecendo o debate sobre a expectativa em áreas de fronteira contemporânea. Quando se olha o quadro de residência de filhos, nota-se que dos 2.892 filhos, 683 filhos continuam morando na propriedade, quer seja em outra unidade doméstica ou na própria casa dos pais. A maior parte dos filhos que já não reside na propriedade do pai e que não exerceu nenhum deslocamento entre 2003 a 2009 são aqueles que residem em Santarém, 188 estão no rural e 117 no urbano. Dos que moram no rural, 53% são homens (idade média 39 anos), e os que residem no centro urbano, 56% são mulheres (idade média 35 anos), como é de se esperar de uma região de fronteira, onde a razão de sexo no rural é superior a 100 e no urbano é inferior.

Os filhos que realizaram movimentos perceptíveis¹² entre 2003 e 2009 somam 372, nos mais variados arranjos (Tabela 3). Dos 237 filhos que saem da casa dos pais, 70% continuam residindo no mesmo município. Em 64% dos casos o rural é o destino escolhido, a maioria filhas mulheres (55%) e casadas. Somente 34% vão para o centro urbano, a maioria homens (53%), com proporção de casados igual a de solteiros. O movimento de saída dos filhos da propriedade para outra cidade ocorre em 70 casos, aproximadamente um terço para outro município paraense (próxima a Santarém) e o restante para outro estado (Amazonas). O destino mais representativo nesta modalidade são as áreas urbanas, não havendo predominância de sexo e a maioria casados.

Tabela 2
Local da residência de donos que moram em outra localidade em 2009 e dos antigos donos em 2003, Santarém 2003-2009.

	Dono fora		Ex-dono	
Rural-Rural Santarém	26	29%	15	31%
Rural-Urbano Santarém	37	41%	6	12%
Outra cidade	12	13%	5	10%
Faleceu	-	-	11	22%
Sem informação	16	18%	11	22%
Não se aplica	0	0%	1	2%
Total	91	100%	49	100%

*Sem informação corresponde às propriedades onde identificaram não existir moradia na propriedade mas não se obteve o paradeiro do dono em 2009, e às propriedades que foram vendidas e não se obteve informação sobre o paradeiro do antigo dono.

Fonte: Levantamento sociodemográfico, Santarém 2003 e 2009.

Tabela 3
Origem e destino dos filhos que realizaram movimentos espaciais entre 2003 e 2009

¹² Não é possível captar deslocamentos dos filhos que tenham ocorrido na área interna de Santarém, a não ser pelos filhos que moram ou moravam na propriedade dos pais

Residência 2003	2009					Total	% Total
	Propriedade	Santarém	Pará	Outro estado			
Propriedade	-	167	28	42	237	64%	
Santarém	35	-	24	30	89	24%	
Pará	6	15	-	2	23	6%	
Outro estado	2	16	5	-	23	6%	
Total	43	198	57	74	372	100%	
% Total	12%	53%	15%	20%	100%	-	

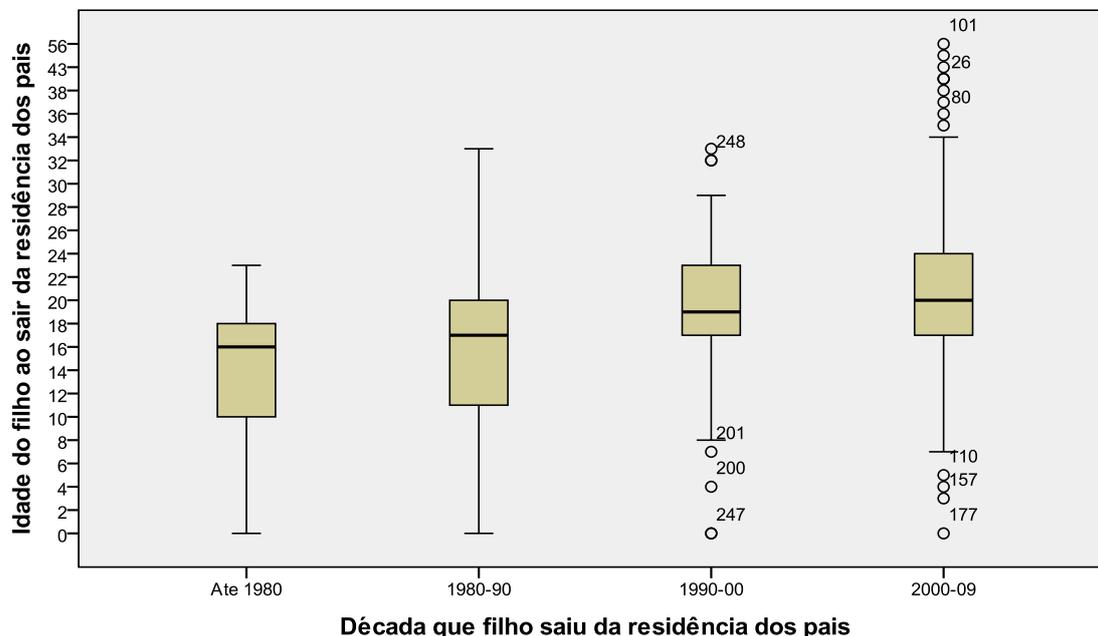
Fonte: Levantamento sociodemográfico, Santarém 2003, 2009.

Quando o recorte é feito a partir dos filhos considerados móveis, a análise daqueles que saíram da casa dos pais em algum momento entre 2003 e 2009 traz a luz informações não esperadas segundo as referências teóricas sobre fronteira. O deslocamento para o urbano foi realizado em maior proporção por filhos homens (idade média de 24 anos), sem muita distinção quanto ao estado civil e todos saindo da mesma residência dos pais. Já entre filhos que passam morar em outra propriedade rural a maioria são mulheres (idade média 28 anos), saindo tanto da casa dos pais como de outra unidade doméstica na propriedade. O matrimônio é uma condição majoritária neste grupo, sendo que destes quase a metade saiu da casa dos pais quando se casou, 38% casou após a saída e somente 15% casou enquanto morava na propriedade dos pais ainda. O urbano ainda aparenta atrair um grupo jovem, com anseios acerca de estudo e trabalho, já o movimento no rural é realizado por um grupo com idade mais avançada.

Mudança nos padrões de alguns parâmetros demográficos parece relevante para discutir possíveis mudanças no comportamento da segunda geração. Quando a idade média do filho no momento de saída da residência dos pais é analisada sob uma visão temporal nota-se uma tendência de envelhecimento. O Gráfico 1 indica as variações na idade média por período que saiu da casa dos pais. A diferença entre as médias foi estatisticamente significativa ($P < 0.001$), com aumento na idade média de 14 anos entre aqueles que saíram da casa antes de 1980 à 21 entre os que saíram durante a década de 2000. O gráfico mostra como em períodos mais recentes (mais marcante para 1990) a metade dos valores próximos a mediana está mais concentrada, embora a presença de *outliers* seja mais frequente, com filhos saindo aos 56 anos de idade. A postergação desse fenômeno tem influência nos movimentos migratórios, não só modificando o tempo e balanço dos fluxos, como a função desta migração.

A nupcialidade também apresenta alterações com reflexos nos atos migratórios. A emigração de filhos jovens, sobretudo as mulheres, era uma oportunidade de qualificação e inserção no mercado de trabalho. Este perfil explica a porcentagem de 74% de filhos que ao saírem da casa dos pais até 1980 eram solteiros. A proporção desta categoria vem reduzindo-se ao tempo, como ilustra o Gráfico 2, dando espaço aos filhos que só saem da casa dos pais ao casar-se. A partir da década de 1980 cresce a possibilidade de filhos casados residirem junto a unidade domiciliar dos pais, de tal forma que ao longo de 2000 alcance 28% dos casos, muito próximo aos demais. O quadro torna-se mais complexo, os mesmos aportes teóricos que justificavam a emigração de jovens aos centros urbanos parecem não fazer mais sentido da mesma maneira. Quais elementos são capazes de garantir a permanência mais prolongada dos filhos nas residências ou propriedades dos pais? Como acesso a educação ou trabalho, com o a melhoria no transporte e comunicação ou mesmo novas realidades rurais, influenciam nesse cenário?

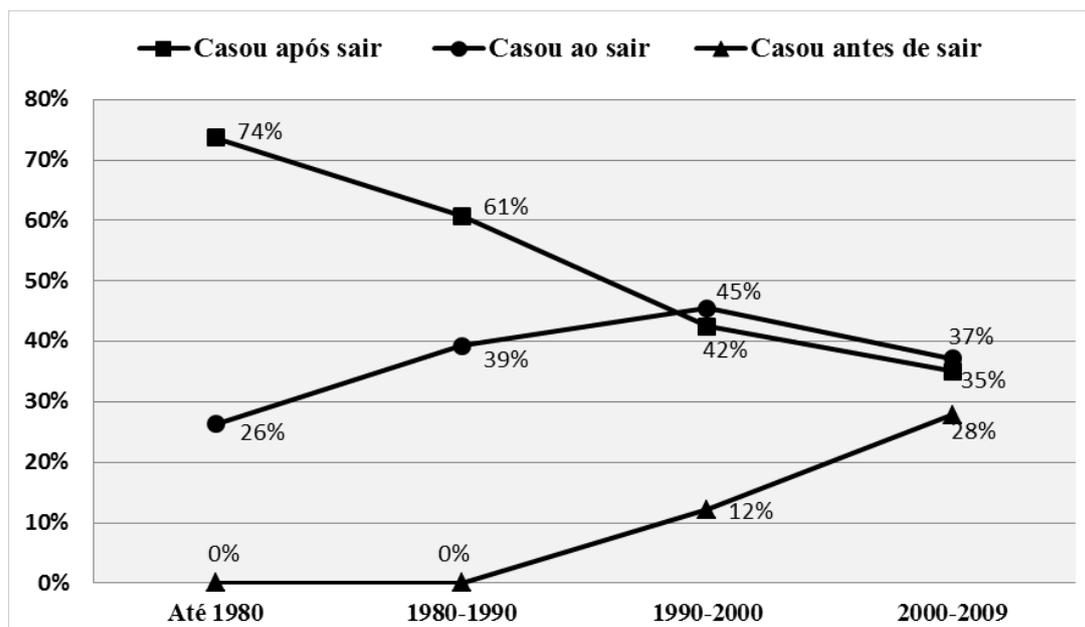
Gráfico 1
Frequência das idades do filho ao sair da residência dos pais por período de realização, Santarém 2009



* O número amostral de cada grupo- Até 1980 = 23; 1980=33; 1990=80; 2000=179. A linha contínua no retângulo representa a mediana no grupo. Os círculos são os valores passíveis de serem considerados *outliers*. A idade média dos filhos que saíram da casa até 1980 é de 14 anos; durante a década de 1980 é de 15 anos; durante a década de 1990 é de 19 anos; e durante a década de 2000 é de 21 anos.

Fonte: Levantamento sociodemográfico, Santarém 2003, 2009.

Gráfico 2
Associação entre matrimônio e saída da casa dos pais, Santarém 2009



Fonte: Levantamento sociodemográfico, Santarém 2003, 2009.

Ainda na análise sobre a mobilidade dos filhos entre 2003 a 2009, constatou-se a existência da migração de retorno. Os filhos que voltam a morar em Santarém, fora da propriedade dos pais, somam 31 casos, metade com origem municípios no Pará e metade de outros estados. Os municípios paraenses foram diversos e sem predominância, tais como Belém, Itaituba, Monte Alegre, Almeirim, já o estado predominante foi Amazonas. O destino principal em Santarém foi a área rural em ambos os movimentos e sexos. O deslocamento é feito em sua maioria por homens (idade média 32 anos) e geralmente casados. Trazer a discussão acerca da migração de retorno é uma nova realidade teórica, muito pouco explorada pelos estudos, indicando que a emigração não é algo permanente. Em conjunto, levanta-se a hipótese de um ciclo, onde os filhos emigraram ainda jovens e solteiros, retornando para residir no rural do município com sua família. O retorno ao rural, num contexto de recente chegada de soja, fortalece a ideia do vínculo com o espaço rural e com o patrimônio da família.

Os laços com o espaço rural ajudam a entender não só a migração de retorno, mas a mobilidade interna em Santarém. A redistribuição espacial da população rural foi verificada pelos donos, como já fora retratado inicialmente, mas novamente entre os filhos que saem da casa dos pais para morar em outra residência. A probabilidade dos filhos se alocarem em propriedades próximas a dos pais elucida também como as relações familiares são importantes para construir a identidade com o campo. Entre as 436 chefes de casa entrevistadas, 177 afirmaram que escolheram a residência pela proximidade de parentes e 74 porque a família possui terra¹³. Este rearranjo espacial da população polariza o espaço rural em situações extremas, de um lado a baixa densidade demográfica em propriedades incorporadas à produção da soja, de outro lado, áreas com alta concentração resultado de dinâmicas intergeracionais, mas também espontâneas quando se incorpora a possibilidade de outra opção de migração que não o êxodo do rural.

O processo de consolidação da propriedade, ou seja, quando se agrega novas áreas e a propriedade passa a ser maior, confirmou ser um fenômeno vinculado à chegada da soja e dos produtores capitalizados, como esperado. Do total de propriedades analisadas, 20 sofreram essa mudança, sendo alta a proporção de situações com novos donos (50%). Em detrimento da alta a proporção de donos residindo em outra localidade, sobretudo no urbano, o índice de propriedades vazias foi significativo (30%). Como consequência, a proporção de unidades domésticas extintas foi a mais alta, obtendo baixa proporção de permanência de domicílios. A consolidação, que explica a tendência de concentração de terras, tem potencial de expulsar os residentes antecessores e promover áreas de baixa densidade populacional.

Por outro lado, a reconfiguração do rural não se resume a essa transformação, como usualmente tratam as referências teóricas. Áreas específicas sofrem um processo inverso, de aumento da densidade demográfica. A fragmentação de propriedades ocorreu em 44 propriedades, resultando em 113 propriedades no ano de 2009. Os dados indicam redução do número médio de moradores por propriedade, de 8 para 3, mas apontam o aumento para 10 caso fossem computadas todas as propriedades derivadas¹⁴, corroborando para a concepção de que a fragmentação tem capacidade de atrair um novo contingente populacional.

Mesmo tendo uma proporção alta de domicílios que permanecem com o mesmo chefe no período, obtiveram a menor porcentagem destas em 2009 (46%) e a maior em relação a novas unidades domésticas (50%), quando comparadas com as propriedades que aumentaram

¹³ A tendência em selecionar o local de residência pela proximidade familiar também vale para os filhos que retornam ao rural de Santarém.

¹⁴ A reconstituição neste caso refere-se a soma dos valores de todas as propriedades que foram originadas pela propriedade matriz.

e que continuaram iguais¹⁵. É importante considerar, entretanto, que o processo de formação de novos domicílios, tão significativo para esta categoria, pode ter sido conduzido por antigos membros. Nessas áreas em questão, não ocorre aumento da população necessariamente, mas um rearranjo dos membros de 2003 em novas unidades domésticas e propriedades em 2009. Este processo, entretanto, foi identificado em 11 casos, realizado por filhos que moravam em outra unidade doméstica na propriedade do pai, usualmente casados, com cônjuges e filhos. Na grande maioria, a propriedade foi adquirida por indivíduos sem qualquer ligação familiar com o antigo dono (30 casos). Em 7 situações o filho morava em outro local, comprovando a capacidade de atrair outros herdeiros. O contexto de aumento da população residente (8 para 10) mostra que essas repartições atraem novos moradores, quer sejam eles herdeiros ou não.

Quando se avalia o tamanho da propriedade, percebe-se que das 44 propriedades fragmentadas 63% confere o grupo menor que 10 hectares em 2003 (Tabela 4). Em 2009 potencializa-se esse quadro, promovendo 42% com menos de um hectare e 27% entre um a cinco hectares. O valor mediano do tamanho da propriedade que sofrerá fragmentação foi de 5,8 hectares, ao passo que entre propriedades com consolidação e sem alteração o valor foi para 18, 4 e 18,5, respectivamente. As propriedades que sofrem da repartição já são, em maioria, relativamente pequenas, intensificando um cenário de mosaico com micropropriedades e alta densidade populacional. A situação geral resume-se de um lado à capacidade de expulsão e concentração de terras com a chegada da agricultura capitalizada, de outro o adensamento de pequenas áreas na formação de espécie de povoados, que atraem novos moradores em busca de uma residência com acesso à serviços e infraestrutura, induzindo a fragmentação à uma decisão econômica.

Tabela 4
Frequência de propriedades por categoria de tamanho e de mudança fundiária (sem alteração, fragmentação e consolidação), Santarém, 2003-2009

	Sem alteração		Fragmentação		Consolidação	
	n	%	n	%	n	%
< 1	49	20,9	12	27,3	4	20,0
1 a 5	21	8,9	7	15,9	0	0,0
5 a 10	12	5,1	9	20,5	4	20,0
10 a 50	102	43,4	12	27,3	6	30,0
50 a 100	30	12,8	2	4,5	2	10,0
100 a 200	17	7,2	0	0,0	2	10,0
200 a 500	3	1,3	2	4,5	1	5,0
500 a 1000	1	0,4	0	0,0	1	5,0
Sem info	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	235	100,00	44	100,00	20	100,00

Fonte: Levantamento sociodemográfico, Santarém 2003, 2009.

Estudos de casos¹⁶ mostram que a fragmentação pode ser provocada objetivando-se o lucro pela venda da terra ou ter um cunho estratégico, pela atração de um contingente populacional aumentando a clientela de estabelecimentos comerciais, mas também dando força a comunidade para requisição de infraestrutura. Esse adensamento e formação de

¹⁵ Em 2009, 66% das propriedades sem alteração eram as mesmas de 2003 e 34% eram novas. Já entre as propriedades com consolidação, 60% das unidades domésticas continuaram iguais e 33% eram novas. Demais proporções referem-se a unidade domésticas sem informação.

¹⁶ Os estudos de casos partiram da análise do desenho da propriedade realizado em campo no momento da entrevista

propriedades à frações mínimas estimula aparição de estabelecimentos de comércio e serviços em geral, assim como o investimento para instalação de microssistemas de abastecimento de água, posto de saúde, escola, e áreas comuns, como galpão comunitário e campo de futebol. O resultado é a formação de uma área relativamente pequena que estabelece relações de caráter urbano, do ponto de vista social, institucional e comercial. Dessa transformação denomina-se o processo de urbanização incipiente do rural.

NOVAS ABORDAGENS DAS ÁREAS DE FRONTEIRA AGRÍCOLA

Santarém por ser um município antigo apresenta um conjunto de elementos maior e diverso do que a grande maioria dos municípios afetados pelo modelo de fronteira em 1960. No início da fronteira já tinha um elevado grau de urbanização e uma sociedade urbana, consolidada principalmente na época da borracha. Obviamente se espera um comportamento peculiar diante de condições distintas. Nesse período inicial, por exemplo, a taxa de crescimento da população urbana foi muito superior ao crescimento rural, mesmo com a chegada de imigrantes, mostrando a importância regional de Santarém como centro urbano. A recente transformação com o início da produção da soja resgatou a discussão sobre fronteira agrícola na região. O município é um campo de estudo interessante por estimular pensar nas mudanças em curso ou futuras para regiões de ocupação mais recente, já situadas num contexto generalizado de transição urbana.

A análise da recente dinâmica populacional em Santarém expôs padrões de mobilidade e arranjos espaciais da população conectados à dinâmicas familiares que são latentes nas referências teóricas. Apesar de constatado processos previstos, tais como a importância do êxodo rural e a capacidade de expulsão com a chegada da agricultura extensiva, o quadro deve ser expandido para compreensão da transformação do rural de forma completa. A própria confirmação do cenário teórico evidencia como a leitura desses dados pode limitar a abordagem do estudo. O movimento rural-urbano não é necessariamente vinculado a venda da propriedade, assim como a concentração fundiária é acompanhada pelo processo inverso, com aumento das propriedades muito pequenas. O presente estudo enfatiza que outras dinâmicas são considerados importantes para a arguição sobre as tendências de áreas rurais na Amazônia.

O quadro consensual que decorre da chegada do capital não é único e necessariamente não está havendo uma evasão do rural, inclusive existindo o movimento de migração de retorno, fortalecendo a existência dos laços com o campo e patrimônio familiar. Essa categoria de movimentação, muito pouco explorada no contexto da fronteira na Amazônia, aponta para que outros pesquisadores vem sugerindo, que a emigração não é algo permanente, podendo o membro retornar ao rural depois de um determinado tempo na cidade (DUFOUR; PIPERATA, 2004; KRUGER, 1998; RUDEL *et al.*, 2002). A nova estrutura social e econômica dessas regiões levanta o questionamento acerca dos fatores que influenciam a decisão de migrar ou não, assim como a de retornar ou não. O deslocamento para centros urbanos não é mais predominante entre as mulheres jovens, assim como as mesmas têm mostrado estabelecer maiores vínculos com o rural, permanecendo em maior proporção. A saída da casa dos pais, assim como sua relação com questões de matrimônio, comprova que mudanças comportamentais estão ocorrendo, e portanto, renovar os olhares para essas regiões é quase que uma exigência

O rural dominado pelo capital e fadado ao seu esgotamento como espaço de produção familiar é uma percepção simplificada do conjunto de dinâmicas que se processam nessas áreas. A confirmação da redistribuição populacional e urbanização incipiente inserem novas abordagens na discussão sobre as mudanças rurais na Amazônia. É plausível relacionar a

formação dessas áreas de urbanização, sobretudo no contexto sugerido por Monte-Mor, com as mudanças comportamentais dos filhos. Poderia esses focos suprir as necessidades que antes eram realizadas no centro urbano? Em um contexto onde o rural passa por um processo de reconfiguração de sua própria unidade produtiva, a expectativa de oportunidades e possibilidade de ascensão torna-se mais palpável para uma população jovem, sobretudo entre as mulheres. É importante entender como o acesso a escola e saúde, assim como o desenvolvimento de comércio e serviços gerando mercado de trabalho, estão modificando a percepção desses jovens com relação ao espaço rural. Da mesma maneira, é fundamental identificar como se processam as relações entre membros rurais e o próprio centro urbano, visto a melhoria nas estradas e acesso aos meios de transporte.

Ao afirmar que a Amazônia já é uma região urbana, a discussão deve ser levada muito além do número de cidades e grau de urbanização, mas na capacidade de valores urbanos interferirem em todo o espaço. O rural pode até continuar categorizado como tal, mas articula dinâmicas urbanas. O processo de fragmentação muito provavelmente foi mais intenso nas propriedades pequenas justamente por ter ocorrido já em áreas de urbanização incipiente, reproduzindo novas estratégias derivadas deste contexto. A discussão sobre segurança alimentar nessas áreas geralmente tende a relacionar a expansão da agricultura extensiva com a redução da produção alimentícia, dada a expulsão dos produtores familiares, quando na verdade o quadro se mostra muito mais complexo. A permanência no rural não é uma exceção, pelo contrário¹⁷. A redistribuição desta população e configuração deste novo rural modifica não só o modo de valorizar das atividades de produção, como torna inviável a produção familiar diante do tamanho mínimo da propriedade. A queda na produção de alimentos em Santarém ocorre pela expansão da soja, mas também pela nova estrutura do rural, onde atividades agrícolas começam a deixar de ser as mais rentáveis e viáveis.

Em termos demográficos, a migração, componente central na teoria de fronteira agrícola, mostrou limitar a compreensão da dinâmica à movimentos clássicos. Grande parte das mudanças identificadas pelo estudo empírico perpassou pela mobilidade, elemento mais amplo que o conceito de migração e imperceptível em dados agregados. Em termos sociológicos, abre-se uma nova perspectiva para a abordagem sobre as dinâmicas populacionais, suas relações familiares, os laços e identidade com o lugar, a relação entre o rural e o urbano, a dissolução da dicotomia rural-urbana e a própria urbanização. Do ponto de vista do ambiente, o rural não sofre somente com a expansão das áreas desmatadas e usos agrícolas, mas também pela consolidação de novas formas de distribuição espacial da população e uso da terra. Em termos de políticas públicas, a agenda deve ser repensada a partir desta nova realidade, quer seja no âmbito social, promovendo ações que garantem o acesso a escola e saúde; agrícola, no sentido de garantir que a produção de alimentos seja uma atividade valorizada; e ambiental, na percepção de novas dinâmicas de uso e cobertura da terra. Não se sustenta a permanência das abordagens que tratam regiões, como Santarém, a partir do conjunto de elemento propostos pela teoria de fronteira. A renovação dos processos históricos e culturais deve ser incorporada, sobretudo no contexto de avançada transição urbana.

¹⁷ Segundo dados do IBGE, 67 mil (88% da população rural de Santarém) nunca nem se quer morou em outro município em 2000. Entre os demais, 5.988 continuam morando no rural de Santarém entre 1995 a 2000.

REFERÊNCIAS

- ALSTON, L. J.; LIBECAP, G. D.; ROBERT SCHNEIDER. The determinants and impact of property rights: land titles on the Brazilian Frontier. **Journal of Law, Economics, and Organization**, v. 12, n. 1, p. 25-61, 1996.
- BARBIERI, A. F.; BILSBORROW, R. E. Dinâmica populacional, uso da terra e geração de renda: uma análise longitudinal para domicílios rurais na Amazônia equatoriana. **Nova Economia**, v. 19, n. 1, p. 67-94, 2009.
- BECKER, B. **A implantação da rodovia Belém-Brasília e o desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: IGEO/UFRJ, 1977.
- _____. Fronteira e urbanização repensadas. **Revista Brasileira de Geografia**, n. 3/4, p. 357-372, 1985.
- _____. Undoing myths: the Amazon - An urbanized forest. In: CLUSNER, G. . (Ed.). **Brazilian Perspectives on Sustainable Development of the Amazon Region**. [S.l.]: UNESCO e Parthenon Publish Group Limited, 1995. p. 53-89.
- _____. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, p. 71-86, abr 2005.
- _____. A Amazônia e a política ambiental brasileira. In: SANTOS, M. (Ed.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 415.
- BENCHIMOL, S. **Amazônia legal na década de 70/80: expansão e concentração demográfica**. Universidade da Amazônia, 1981.
- BROWDER, J. O.; GODFREY, B. J. Frontier Urbanization in the Brazilian Amazon: A Theoretical Framework for Urban Transition. **Yearbook – Conference of Latin Americanist Geographers**, v. 16, p. 55-66, 1990.
- CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. . São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) , 1999
- CAMPARI, J. . **Challenging the turnover hypothesis of Amazon deforestation: evidence from colonization projects in Brazil**. Austin: University of Texas, 2002.
- CARVALHO, V.; TURA, L. **A expansão do monocultivo de soja em Santarém e Belterra: injustiça ambiental e ameaça a segurança alimentar**. . Belém: FASE. , 2006
- CASTRO, E. Prefácio. In: CARDOSO, A. C. (Ed.). **O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em erspectivas**. Belém: EDUFPA, 2006. p. 215.
- COELHO, M. C. N.; MONTEIRO, M. DE A.; LOPES, A.; LIRA, S. B. Regiões do entorno dos projetos de extração e transformação mineral na Amazônia oriental. **Novos Cadernos NAEA**, v. 8, n. 2, p. 73-107, 2005.
- CUNHA, J. M. P. DA; BAENINGER, R. **A migração nos estados brasileiros no período recente: principais tendências e mudanças**. Anais II Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP. , 1999

CÔRTEZ, J. C. Reconfiguração do meio rural no Pará: mobilidade e distribuição da população. In: D'ANTONA, Á. DE O.; CARMO, R. L. DO (Eds.). **Dinâmicas demográficas e ambiente**. Campinas: Unicamp, 2011. .

_____. **Mobilidade e redistribuição populacional em Santarém, Pará: recente reconfiguração do meio rural na Amazônia**. Dissertação em Demografia. Campinas: Unicamp, 2012.

DINIZ, A. M. A. **Migração e Evolução da Fronteira Agrícola**. Anais XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. **Anais...** Ouro Preto: ABEP. , 2002

DUFOUR, D. L.; PIPERATA, B. A. Rural-to-urban migration in Latin America: an update and thoughts on the model. **American Journal of Human Biology**, v. 16, n. 4, p. 395-404, 2004.

DURSTON, J. Comparative international analysis of rural youth police in developing countries. In: FAO (Ed.). **Expert consultation on extension rural youth programmes and sustainable development**. Roma: [s.n.], 1996. .

D'ANTONA, A.; VANWEY, L.; LUDEWIGS, T. Polarização da estrutura fundiária e mudanças no uso e na cobertura da terra na Amazônia. **Acta Amazonica**, v. 41, n. 2, p. 223-232, 2011.

D'ANTONA, Á. O.; VANWEY, L. **Rural urbanization in Santarém, Brazil: factores endogenous to the region and rural households**. 7th International Science Conference on the Human Dimensions of Global Environmental Change. **Anais...** Bonn, 2009

HOGAN, D. J.; D'ANTONA, Á. O.; CARMO, R. DO. Dinâmica demográfica recente da Amazônia. In: BATISTELLA, M.; MORAN, E. F.; ALVES, D. (Eds.). **Amazônia natureza: sociedade em transformação**. São Paulo: Edusp, 2008. p. 303.

HOMMA, A. **História da agricultura na Amazônia: da era pré colombiana ao terceiro milênio**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 1980**. Rio de Janeiro, 1991.

_____. **Censo Demográfico 1991**. Rio de Janeiro, 2000

_____. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2010.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 1996

KAMPEL, S. A.; CAMARA, G.; MONTEIRO, A. M. V. **Análise espacial do processo de urbanização na Amazônia**. . São José dos Campos: [s.n.], 2001

KRUGER, F. Taking advantage of rural assets as a coping strategy for the urban poor: the case of rural urban interrelations in Botswana. **Environment and Urbanization**, v. 10, n. 1, p. 119-134, 1 abr 1998.

MARTINE, G. **Frontier expansion, agricultural modernization and population trends in Brazil**. Brasília: IPEA/IPLAN/CNRH, 1984.

_____. Migração e metropolização. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 1, n. 2, p. 28-31, 1987.

_____. **Ciclos e destinos da migração para áreas de fronteira na era moderna: uma visão geral**. . Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza. , 1992a

_____. **Desenvolvimento, dinâmica demográfica e meio ambiente: repensando a agenda ambiental brasileira.** Instituto Sociedade, População e Natureza. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza. , 1992b

MARTINE, G.; PELIANO, J. C. **Migrantes no mercado de trabalho metropolitano.** Brasília: IPEA, 1978.

MARTINS, J. DE S. Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. In: OTÁVIO, V. (Ed.). **Capitalismo e Tradicionalismo.** São Paulo: Pioneira, 1975. p. 43-45.

MELLO, N. DE. **Políticas territoriais da Amazônia.** São Paulo: Editora Annablume, 2006. p. 410

MONTE-MÓR, R. L. D. M. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. DE; SILVEIRA, M. L. (Eds.). **Território, globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. v. 1994p. 169-181.

_____. **O que é o urbano no mundo contemporâneo.** . Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG. , 2006

MORAN, E. F. Human adaptative strategies in Amazonian. **American Anthropologist New Series**, v. 93, n. 2, p. 361-382, 1990.

MORAN, E. F.; BRONDÍZIO, E. S.; VANWEY, L. K. Population and environment in Amazon: landscape and household dynamics. In: STERN, E. . (Ed.). **Population, land use and environment: research directions.** Washington: National Academics Press, 2005. .

MUELLER, C. C. **Dinâmica, condicionantes e impactos socio-ambientais da evolução da fronteira agrícola no Brasil.** . Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza. , 1992

PADOCH, C.; BRONDIZIO, E.; COSTA, S. *et al.* Urban Forest and Rural Cities: Multi-sited Households, Consumption Patterns, and Forest Resources in Amazonia. **Ecology and Society**, v. 13, n. 2, 2008.

PEREIRA, J. C. M. . A urbanização da Amazônia e o papel das cidades medias na rede urbana regional. In: CARDOSO, J. C. M. . (Ed.). **O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas.** Belém: EDUFPA, 2006. p. 215.

RAVENSTEIN, E. . As leis da migração. In: BRASIL, B. DO N. DO (Ed.). **Migração interna - textos selecionados.** Fortaleza: [s.n.], 1980. .

REIS, A. C. . **Santarém: seu desenvolvimento histórico.** 2ed. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

RUDEL, T. K.; BATES, D.; MACHINGUIASHI, R. A Tropical Forest Transition? Agricultural Change, Out-migration, and Secondary Forests in the Ecuadorian Amazon. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 92, n. 1, p. 87-102, mar 2002.

SANTOS, M. Organização do espaço e organização social: o caso de Rondônia. **Boletim Carioca de Geografia**, v. 32, p. 51-77, 1982.

SAWYER, D. Ocupación y desocupación de La Frontera Agrícola em el Brasil: um ensayo de interpretación estructural y espacial. In: CEPAL/PENUMA (Ed.). **Expansion de La Frontera Agropecuaria y Meio Ambiente em America Latina.** Madrid: Naciones Unidas - CIFCA, 1983. p. 79-104.

_____. Frontier expansion e retraction in Brazil. In: SCHIMINK, M.; WOOD, C. (Eds.). **Frontier Expansion in Amazonia**. Gainesville: University of Florida Press, 1984. p. 180-203.

_____. **Urbanização da fronteira agrícola no Brasil**. . Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1987

SAWYER, D.; PINHEIRO, S. **A dinâmica demográfica das regiões de fronteira**. Anais IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais...** Águas de São Pedro: ABEP. , 1984

SILVA, J. G. DA; GROSSI, M. E. D. **O novo rural brasileiro: ocupações rurais não agrícolas**. . Campinas: [s.n.]. , 1999

SÁ, M. E. R. DE; SOLANGE MARIA GAYOSO DA COSTA; TAVARES, L. P. DE O. Interfaces entre rural e urbano, a partir da feira do produtor rural, no município de Santarém/PA. In: CARDOSO, A. C. D. (Ed.). **O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em erspectivas**. Belém: EDUFPA, 2006. .

TURNER, F. J. **The frontier in American history**. [S.l.]: Dover Publications, 1920. p. 348

VANWEY, L.; D'ANTONA, Á. O.; BRONDÍZIO, E. S. Household demographic change and land use/land cover change in the Brazilian Amazon. **Population and Environment**, v. 28, n. 3, p. 163-185, 31 maio 2007.